



Documento: DI/41
Item Agenda: RAPAL14 c
Presentado por: Brasil

**“CONSIDERAÇÕES E IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DO
ANEXO VI (RESPONSABILIDADE) DO PROTOCOLO DE
MADRI”**



CONSIDERAÇÕES E IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DO ANEXO VI (RESPONSABILIDADE) DO PROTOCOLO DE MADRI

Embora o anexo VI ao Protocolo de Madri tenha sido discutido por mais de 10 anos, o texto aprovado na XXVIII ATCM ainda carece de ajustes em alguns poucos pontos e gera a necessidade de ações governamentais, por parte dos países que são parte consultiva do Tratado da Antártica, como mostraremos a seguir.

Preâmbulo

As Partes,

Reconhecendo a importância de prevenir, minimizar e conter o impacto de emergências ambientais no meio ambiente Antártico e ecossistemas dependentes e associados;

Relembrando o Artigo 3 do Protocolo, em particular que as atividades devem ser planejadas e conduzidas na Área do Tratado da Antártica dando prioridade a pesquisa científica e para a preservação do valor da Antártica como área para se conduzir tais pesquisas;

Relembrando a obrigação do Artigo 15 do Protocolo para prover uma imediata e efetiva ação de resposta para emergências ambientais, e para estabelecer planos de contingência e para enfrentar incidentes com potencialidade de causar efeitos adversos no meio ambiente da Antártica ou nos ecossistemas dependentes e associados;

Relembrando o Artigo 16 do Protocolo no qual as Partes que aderem ao Protocolo comprometeram-se firmemente com os seus objetivos, de promover ampla proteção ao meio ambiente Antártico e seus ecossistemas dependentes e associados e de elaborar, em um ou mais Anexos do Protocolo, regras e procedimentos relativos à responsabilidade (Liability) por danos decorrentes de atividades realizadas na Área do Tratado da Antártica e cobertas pelo Protocolo;

Mencionando ainda a Decisão 3 (2001) da XXIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártica relativa à elaboração de um Anexo sobre os aspectos de responsabilidade de emergências ambientais como um passo no estabelecimento de um regime de responsabilidade de acordo com o Artigo 16 do Protocolo;

Considerando o Artigo IV do Tratado da Antártica e o Artigo 8 do Protocolo;

Concordaram com o seguinte:



CONSIDERAÇÕES

O preâmbulo serviu para apontar os fundamentos que nortearam a criação do Anexo VI. Faz correlação com outros artigos do Protocolo (3, 8, 15 e 16) e com um artigo do Tratado (IV), para que tais dispositivos preponderassem sobre o conteúdo do anexo.

É o primeiro dos anexos que inclui um Preâmbulo.

Artigo 1

Escopo

Este Anexo se aplicará às emergências ambientais na área do Tratado da Antártica atinentes aos programas de pesquisa científica, ao turismo e todas as outras atividades governamentais e não-governamentais para as quais prévia notificação é exigida de acordo com o Artigo VII (5) do Tratado da Antártica, incluindo atividades de apoio logístico associadas. As medidas e planos para prevenir e responder a tais emergências também estão incluídas nesse Anexo. Ele deve ser aplicado a todas as embarcações turísticas que adentrarem a área do Tratado da Antártica. Também será aplicado para as emergências ambientais na Área do Tratado da Antártica relacionadas a outras embarcações ou atividades de acordo com o previsto no Artigo 13.

CONSIDERAÇÕES

Artigo 1 – Propósito.

Dá a abrangência do anexo. Inclui as emergências ambientais ocorridas na área do Tratado relacionadas com as atividades descritas no artigo VII(5) do Tratado.

Portanto, abrange as atividades nas bases e estações, nos navios e nas aeronaves que operam na Antártica, independentemente de serem ou não de países aderentes ao Tratado. Não se vislumbra como submeter meios navais e aéreos, não subordinados aos países signatários do Tratado, às normas aqui aplicadas.

Artigo 2

Definições

Para os propósitos deste Anexo:



- (a) “Decisión” significa una Decisión adoptada conforme as Regras de Procedimento das Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica e conforme previsto na Decisão 1 (1995) da XIX Reunião Consultiva do Tratado da Antártica;
- (b) “Emergência ambiental” significa qualquer acidente que tenha ocorrido, após a entrada em vigor deste anexo, e que tenha como decorrência ou uma ameaça iminente ou qualquer impacto que venha a ser significativo e danoso ao meio ambiente Antártico.

CONSIDERAÇÃO

Neste artigo 2(b) surge o primeiro juízo de valor. O que é um impacto significativo? Quem irá julgar um impacto e classificá-lo como significativo? Qualquer impacto é danoso.

PROPOSTA

Acrescentar: caso surjam divergências sobre se o impacto causado seja ou não significativo ou danoso, a decisão caberá a um grupo de consultores ad-hoc, eleitos em número de três ou cinco, um por cada parte envolvida, e os demais (mantendo-se um número ímpar) pelo Secretariado da ATCM.

- (c) “Operador” significa qualquer pessoa jurídica ou física, pública ou não, que organize atividades que venham a ser executadas na área do Tratado da Antártica. O termo Operador não inclui uma pessoa física que seja um empregado, contratado, subcontratado, ou agente, ou aqueles que estejam a serviço de uma pessoa física ou jurídica, pública ou não, a qual organize atividades a serem desenvolvidas na área do Tratado da Antártica, e também não inclui a pessoa jurídica que seja contratada ou subcontratada agindo em interesse de um Operador Estatal;
- (d) “Operador da Parte” significa aquele operador que organiza, no território da Parte, as atividades a serem executadas na área do Tratado da Antártica, e:
 - (i) tais atividades são aquelas sujeitas a autorização da Parte para serem executadas na área do Tratado da Antártica; ou
 - (ii) no caso de uma Parte que não autorize formalmente atividades para a área do Tratado da Antártica, tais atividades estarão sujeitas a um processo regulador semelhante pela Parte.

Os termos “seu operador”, “Parte do operador”, e “Parte daquele operador” devem ser interpretados de acordo com essa definição;



CONSIDERAÇÃO

O artigo 2(d) considera “operador da Parte” aquele que, sob mando ou autorização da Parte, organiza, no território da Parte, atividades na área do Tratado.

Este texto permite ambigüidade pois, se, sob o mando do País [A], um pesquisador, ou agente de turismo, organiza uma expedição à Antártica e, por conveniência qualquer, possui seu centro de operações no país [B], ele será considerado autônomo, o que dificultará a definição de responsabilidade. Pelo anexo, ele será apenas “Operador”.

PROPOSTA

“Operador da Parte” é aquele que atua organizando atividades na área do Tratado, financiado por um governo ou uma empresa”. Tal governo ou empresa seria, portanto, a “Parte”, independente do território onde se organizou as atividades. A responsabilidade deve caber àquele que financia as atividades.

- (e) “Razoável”, aplicado para as medidas preventivas e ações de resposta, significando medidas ou ações, as quais são apropriadas, exequíveis, proporcionais e baseadas em critérios e informações disponíveis objetivas incluindo:
 - (i) riscos para o meio ambiente Antártico, e na velocidade de sua recuperação natural;
 - (ii) riscos para a vida humana e para integridade das pessoas; e
 - (iii) a aceitabilidade econômica e exeqüibilidade tecnológica.
- (f) “Ação de Resposta”, significa medidas razoáveis executadas após a ocorrência de uma emergência ambiental para evitar, minimizar ou conter o impacto da emergência ambiental, que para este fim, poderá incluir medidas de limpeza, caso as circunstâncias sejam favoráveis, e a determinação da extensão desta emergência e seu impacto.
- (g) “Partes” significam os Estados para os quais esse Anexo passa a ser obrigatório de acordo com o Artigo 9 do Protocolo.

**Artigo 3****Medidas Preventivas**

1. Cada Parte deve solicitar aos seus operadores que assumam compromisso de adotar medidas preventivas razoáveis destinadas a reduzir o risco de emergências ambientais e seus potenciais impactos adversos.
2. As medidas preventivas podem incluir:
 - (a) estruturas especializadas ou equipamentos incorporados ao projeto e à construção de facilidades dos meios de transporte;
 - (b) procedimentos especializados incorporados na operação ou na manutenção das facilidades dos meios de transporte; e
 - (c) treinamento especializado de pessoal.

CONSIDERAÇÕES

Deve-se entender no texto que as Partes farão esta solicitação a todos os seus operadores, a mando ou não das Partes, e não apenas aos “operadores das Partes”.

Tendo em vista que ninguém é obrigado a fazer qualquer coisa que não esteja prevista em Lei, surge aqui a necessidade de internalizar no ordenamento jurídico de cada país o que dita este anexo, sob pena de a “solicitação” não surtir efeito legal.

Nada impede que uma pessoa física organize uma expedição à Antártica para realizar atividades de pesquisa ou de turismo. Em sendo nacional de um país aderente ao Tratado, deve estar submetido ao ordenamento jurídico desse país, que deverá incorporar regras de acordo com o que dita o anexo VI.

Artigo 4**Planos de Contingência**

1. Cada Parte deve solicitar aos seus operadores que:



- (a) estabeleçam planos de contingência para responder a incidentes que tenham impactos adversos potenciais ao meio ambiente Antártico ou aos ecossistemas dependentes e associados; e
 - (b) cooperem na formulação e implementação destes planos de contingência.
2. Os Planos de Contingência devem incluir, quando apropriado, os seguintes componentes:
- (a) procedimentos para avaliar a natureza do incidente;
 - (b) procedimentos de notificação;
 - (c) identificação e mobilização de recursos;
 - (d) planos de resposta;
 - (e) treinamento;
 - (f) manutenção de registros; e
 - (g) desmobilização.

CONSIDERAÇÕES

- a) *a mesma consideração do item anterior. Ressalta-se que o anexo prevê que as partes devam "solicitar". Não indica que devam "determinar". Tal solicitação deve ser formal e registrada, indicando as responsabilidades decorrentes. Tal procedimento servirá de prova judicial para resguardar a responsabilidade da Parte, quando necessário;*
 - b) *um plano de contingência deve ser avaliado por especialistas, de modo a que a Parte se certifique de sua eficácia.*
Da mesma forma, deve haver um treinamento do plano, de modo a que se verifique se as pessoas estão aptas a implementá-lo. Tal treinamento deve ser supervisionado por especialistas; e
 - c) *como essas tarefas envolvem custos, a solicitação prevista só surtirá efeito se houver Lei que determine seu atendimento, no caso de operadores autônomos.*
3. Cada Parte deverá estabelecer e implementar procedimentos para a imediata notificação do ocorrido e para as possíveis respostas em conjunto para as emergências ambientais, além disso, deverá promover o uso de procedimentos de notificação de incidentes e de procedimentos conjuntos de respostas por seus operadores que venham a ser responsáveis por emergências ambientais.



CONSIDERAÇÃO

Quando da ocorrência de uma emergência, os Operadores, responsáveis por sua embarcação ou outro meio qualquer, estarão preocupados em, ou salvar vidas, ou salvar o navio ou agir para conter a emergência. Não cabe, nesse momento, obrigação de fazer uma “notificação urgente”. Provavelmente a Parte só tomará conhecimento da ocorrência da emergência muito tempo depois. Um tempo que não se pode estimar. Não é razoável considerar, durante a ocorrência de uma emergência, que o comunicado seja primordial. Proteger a vida e, depois, proteger o meio ambiente, são as prioridades.

PROPOSTA

Substituir a expressão “notificação urgente” por “notificação logo que possível”. A notificação urgente será bem vinda quando se referir a pedido de “SOS”.

CONSIDERAÇÃO

Também não está definido a quem se deve notificar. Talvez, um canal aberto ao Secretariado fosse conveniente. Caberia ao Secretariado medidas de disseminação do ocorrido, aos interessados, sempre com o sentido de providenciar ajuda.

Artigo 5

Ação de resposta

1. Cada Parte deverá requerer a cada um de seus operadores que executem de maneira rápida e efetiva ações de resposta para as emergências ambientais que venham ocorrer a por força das atividades desse operador.
2. No caso em que um operador não adote uma ação de resposta rápida e efetiva, a Parte deste operador, ou outras Partes, deverão ser encorajadas a adotar tais ações, incluindo o emprego de seus agentes e operadores especificamente autorizados por elas a adotar tais ações em seu nome.



3. (a) Outras Partes que desejem executar ações de resposta para uma emergência ambiental, de acordo com os termos do parágrafo 2 acima, deverão informar, antecipadamente, sua intenção para a Parte do Operador e para o Secretariado do Tratado da Antártica, de modo a permitir que a Parte do Operador venha a realizar, por si mesma, tal ação de resposta, excetuando-se, deste caso, a ocorrência em que exista a ameaça de um impacto significativo e danoso ao meio ambiente Antártico e que seja razoável, em todas as circunstâncias, tomar tal ação de resposta imediatamente. Neste caso, deverá ser informado a Parte do Operador e ao Secretariado do Tratado da Antártica.
- (b) Tais outras Partes não deverão tomar ações de resposta às emergências de acordo com o texto do parágrafo 2 acima, a não ser que haja ameaça significativa e danosa de impacto ao meio ambiente Antártico e que seja razoável em todas as circunstâncias tomar uma ação de resposta imediata, ou quando a Parte do operador falhe, dentro de um tempo razoável, em notificar o Secretariado do Tratado da Antártica de que ela mesma irá tomar a ação de resposta, ou quando tal ação de resposta não tenha sido executada dentro de um tempo razoável após tal notificação.
- (c) No caso em que a Parte do Operador tome uma ação de resposta por si mesma, mas deseje a cooperação de outra Parte ou Partes, a Parte do operador deve coordenar os trabalhos da ação de resposta.

CONSIDERAÇÃO

O item 2 fala em encorajar as Partes a tomarem ações de resposta, porém, o item 3(a) estabelece que uma Parte que queira agir deve notificar suas intenções antes de tomar qualquer atitude.

Isto foi colocado porque a ação de resposta irá gerar um pedido de indenização.

Não ficou claro que, quando um operador, ou Parte, quiser executar uma ação de resposta, sem intenção de pedir indenização, se ele poderá fazê-lo sem a necessidade de notificar (nos casos de pequena monta).

Assim, o item 3(a) é restritivo. Considerando que qualquer acidente causará impacto, de maior ou menor monta, qualquer ação de resposta é desejável. Deveríamos deixar claro uma permissão de atuar, para qualquer Parte ou operador, que deseje atuar sem pensar em indenização.

4. Entretanto, quando não estiver claro quem é a Parte do Operador, ou se eventualmente pareça que há mais de uma Parte envolvida, qualquer Parte que venha adotar uma ação de



resposta deverá envidar os melhores esforços para esclarecer, como apropriado, e deverá quando possível, notificar o Secretariado do Tratado da Antártica destas circunstâncias.

CONSIDERAÇÃO

Da mesma forma que o item 3, o item 4 também só visa casos de indenização. Não ficou prevista uma ação de resposta sem a intenção de cobrança posterior. A preocupação é com o dinheiro e não com a correção do dano.

5. As Partes que adotem ações de resposta deverão consultar e coordenar suas ações com todas as outras Partes que também estejam atuando nestas ações de resposta, ou que estejam atuando nas vizinhanças do local da ocorrência da emergência ambiental, ou as Partes que venham a ser impactadas por esta emergência, e deverão, quando possível, levar em conta orientações de peritos reconhecidos como observadores permanentes da delegação da Reunião Consultiva do Tratado da Antártica, de outras organizações, ou de profissionais de competência reconhecida.

CONSIDERAÇÃO

Tal artigo visa apenas a ordenar procedimentos na cena de ação, de modo a maximizar esforços.

Artigo 6

Responsabilidade

1. Um operador que falhe em adotar ações de respostas rápidas e efetivas a uma emergência ambiental decorrente de suas atividades, deve ter a capacidade de pagar os custos ao executar ação de resposta tomada pelas Partes de acordo com o previsto no Artigo 5(2).
2. (a) Quando um Operador de Estado, que deve tomar uma ação de resposta rápida e efetiva, não o faz, e nenhuma ação de resposta é executada por qualquer outra Parte, o Estado Operador deve ter a capacidade de pagar os custos da ação de resposta, que deveria ter sido tomada em benefício do Fundo, mencionado no Artigo 12.



CONSIDERAÇÃO

Não ficou claro quem irá definir os custos envolvidos, que são diferenciados dependendo de quem executaria a ação de resposta e dos equipamentos que seriam empregados.

O item 5(b) diz que os custos serão aprovados por meio de uma decisão, mas não estabelece quem irá defini-los. Os parâmetros desses cálculos devem ser definidos.

Por exemplo: um ação de resposta realizada por um navio que esteja próximo da área terá um custo menor do que aquele realizado por um navio que tenha que se deslocar de seu porto de origem, especificamente para tal fim.

- (b) Quando um operador não estatal, que deve adotar uma ação de resposta rápida e efetiva não o faz, e nenhuma ação de resposta é adotada por nenhuma Parte, o operador não estatal deverá ser capaz de pagar uma quantia, em dinheiro, que reflita, tanto quanto possível, os custos da ação de resposta que deveria ter sido tomada. Este dinheiro deverá ser pago diretamente ao Fundo, mencionado no Artigo 12, ou para a Parte do operador ou para a Parte que adote o mecanismo mencionado no Artigo 7(3). A Parte que receba essa quantia deverá realizar o melhor dos esforços para fazer uma contribuição para o Fundo, mencionado no Artigo 12, a qual será, no mínimo, igual a quantia recebida pelo Operador.

CONSIDERAÇÃO

Isto só será efetivo se tal obrigação estiver incluída no ordenamento jurídico do país do operador.

3. A responsabilidade não deverá ser renegada.

CONSIDERAÇÃO

Mas poderá ser discutida nos próprios termos do anexo.

4. Quando uma emergência ambiental é decorrente de atividades de dois ou mais operadores, eles serão responsáveis solidariamente, exceto se um destes operadores estabeleça que apenas parte da emergência ambiental resultou de suas atividades e que sua responsabilidade está restrita a esta Parte do dano.



CONSIDERAÇÃO

Tal assunto exige que a prova seja apresentada a um fórum que não foi definido no texto do anexo.

5. Apesar de que a Parte é responsável, de acordo com este artigo, por suas falhas em adotar uma ação de resposta rápida e efetiva para as emergências ambientais causadas por navios de guerra, navios auxiliares, ou por navios e aeronaves de sua propriedade ou por ela utilizados e operados, em atividades governamentais não comerciais, naquele momento, nada neste Anexo poderá afetar a imunidade soberana de acordo com a lei internacional para tais navios de guerra, navios auxiliares, ou outros navios e aeronaves.

CONSIDERAÇÃO

O texto é totalmente desnecessário pois o assunto é regulado por Leis internacionais, que, hierarquicamente, são superiores a um Tratado.

Artigo 7

Ações

1. Somente uma parte que tenha tomado uma ação de resposta conforme os termos do Artigo 5(2) pode dar entrada em uma ação contra o operador não estatal por responsabilidade, de acordo com o Artigo 6(1) e tal ação deve ser levada ao tribunal de não mais que uma Parte, e será onde o operador estiver estabelecido ou tiver seu principal local de trabalho ou seu local habitual de residência. Entretanto, se o operador não estiver estabelecido em uma Parte, ou não tiver seu principal local de trabalho ou seu local habitual de residência no território desta Parte, a ação deve ser levada aos tribunais da Parte do Operador dentro do que preceitua o Artigo 2(d). Tais ações de indenização deverão ser apresentadas dentro de três anos a contar do início da execução da ação de resposta ou dentro de três anos contados a partir da data em que a Parte que iniciou a ação conheceu a identidade do operador, ou a partir de uma data razoável para que tivesse tomado conhecimento desta mesma identidade, considerando-se para a contagem a data que ocorrer mais tarde. Em hipótese alguma uma ação contra o operador não-estatal deverá ser iniciada após decorrido 15 anos do início da ação de resposta.
2. Cada Parte se assegurará que seus tribunais tenham a competência necessária para acolher ações de acordo com o parágrafo 1 acima.



CONSIDERAÇÃO

Isto obriga a se colocar o que dita o anexo no ordenamento jurídico de cada país.

3. Cada Parte se assegurará que haja um mecanismo, em vigor, em sua legislação nacional para aplicar o Artigo 6(2)(b) com respeito a qualquer de seus operadores não estatais, nos termos do Artigo 2(d), bem como, quando for possível, com respeito a qualquer operador não estatal que tenha se estabelecido ou tenha seu principal local de trabalho ou seu local habitual de residência no território daquela Parte. Cada Parte deve informar a todas as demais sobre este mecanismo de acordo com o Artigo 13(3) do Protocolo. Quando houver várias Partes que estejam em condições de aplicar o Artigo 6(2)(b) contra qualquer operador não estatal, em conformidade com o presente parágrafo, tais Partes deverão consultar-se entre si, a fim de determinar qual Parte deverá tomar a ação da aplicação do referido Artigo. O mecanismo mencionado, neste parágrafo, não deverá ser invocado transcorrido 15 anos da data em que a Parte, que pretende invocar o presente mecanismo, tomar conhecimento da emergência ambiental.

CONSIDERAÇÃO

De acordo com a velocidade de cada país em incorporar em seu ordenamento jurídico, ocorrerão momentos diferentes de entrada em vigor ou cumprimento deste artigo, o que colocará países signatários do Tratado em posições diferentes no tempo, quanto ao cumprimento deste artigo.

4. A responsabilidade de uma Parte como um Operador do Estado, de acordo com o Artigo 6(1), só deverá ser estabelecida de acordo com um procedimento de investigação que poderá ser estabelecido pelas Partes, de acordo com as disposições dos Artigos 18, 19 e 20 do Protocolo e, quando aplicável, com o disposto no Apêndice ao Protocolo sobre Arbitragem.
5. (a) A responsabilidade de uma Parte como um Operador do Estado, de acordo com o Artigo 6(2)(a), só deverá ser estabelecida pela Reunião Consultiva do Tratado da Antártica. E, se a questão continuar indefinida, somente poderá ser resolvida de acordo com um procedimento de investigação estabelecido pelas Partes, ou de acordo com as disposições dos Artigos 18, 19 e 20 do Protocolo e, quando aplicável, com o disposto no Apêndice ao Protocolo sobre Arbitragem.



CONSIDERAÇÃO

Como as decisões da Reunião Consultiva do Tratado são tomadas por consenso, prevejo uma impossibilidade para tal. Também, este artigo permite que grupos regionais se articulem para enfrentar uma situação de julgamento de responsabilidade.

- (b) Os custos da ação de resposta que deveria ter sido executada e não foi, a serem pagos pelo Operador do Estado ao Fundo mencionado no Artigo 12, deverão ser aprovados por meio de uma Decisão. A Reunião Consultiva do Tratado da Antártica deverá solicitar, como apropriado, a assessoria do Comitê de Proteção Ambiental.

6. De acordo com o presente Anexo, as disposições dos Artigos 19(4), 19(5) e 20(1) do Protocolo e, quando apropriado, nas disposições do Apêndice ao Protocolo sobre Arbitragem, só se aplicarão no caso de responsabilidade de uma Parte como um Operador do Estado, para indenização da ação de resposta que tenha sido executada no caso de uma emergência ambiental ou para realização de pagamento ao Fundo.

Artigo 8

Isenção de responsabilidade

1. Um operador não será responsável de acordo com o Artigo 6, se comprovar que a emergência ambiental foi causada por:

- (a) uma ação ou omissão necessária para proteger a vida humana e a integridade das pessoas;
- (b) um evento que constitua, nas circunstâncias da Antártica, um desastre natural de natureza excepcional, que não seja razoavelmente previsível, nos casos gerais e particulares, apesar de terem sido executadas todas as medidas preventivas razoáveis com o intuito de reduzir os riscos de emergências ambientais e seu eventual impacto adverso;.
- (c) um ato de terrorismo; ou
- (d) um ato de beligerância contra as atividades do operador.



2. Uma Parte, ou seus agentes ou operadores especificamente autorizados por esta a tomar ações em seu nome, não serão responsáveis por uma emergência ambiental resultante de uma ação de resposta executada nos termos do Artigo 5(2), na medida em que, tal ação de resposta fosse razoável em todas as circunstâncias.

CONSIDERAÇÃO

Não foi prevista isenção para casos de ações criminosas, que podem ocorrer, principalmente, em bases que não são guarnecidas durante todo o ano. Ação criminosa não se enquadra nem como terrorismo nem como caso de beligerância.

Artigo 9

Limites de Responsabilidade

1. O valor máximo pelo qual cada operador poderá ser responsável, de acordo com os Artigos 6(1) ou o 6(2), com relação a cada emergência ambiental, será o seguinte:
- (a) por uma emergência ambiental decorrente de um evento envolvendo um navio:
 - (i) um milhão de SDR para um navio com tonelagem que não exceda 2.000 toneladas
 - (ii) para navios que excedam 2.000 toneladas, será cobrado um valor adicional conforme o que se segue:
 - para cada tonelada de 2.001 a 30.000 toneladas, 400 SDR;
 - para cada tonelada de 30.001 a 70.000 toneladas, 300 SDR; e
 - para cada tonelada que exceda 70.000 toneladas, 200 SDR.
 - (b) para uma emergência ambiental decorrente de um evento que não envolva uma embarcação, três milhões de SDR.

CONSIDERAÇÃO

Uma emergência com uma aeronave de pequeno porte poderá ter um custo superior a uma outra que ocorra com um navio de 2.000 toneladas.



2. (a) Sem prejuízo do indicado no parágrafo 1(a) acima, esse Anexo não deverá afetar:
- (i) a responsabilidade ou direito de limitar a responsabilidade em conformidade com qualquer tratado internacional vigente sobre limite de responsabilidade; ou
 - (ii) a aplicação de uma reserva formulada de acordo com um qualquer um destes tratados, para excluir a aplicação dos limites pretendidos ;

desde que os limites aplicáveis sejam no mínimo tão altos como os que se seguem: para um navio que não exceda 2.000 toneladas, um milhão de SDR; e para um navio que exceda a 2.000 toneladas um adicional calculado da seguinte forma: para um navio com tonelage entre 2.001 e 30.000 toneladas, 400 SDR para cada tonelada; para navios com uma tonelage entre 30.001 e 70.000 toneladas, 300 SDR para cada tonelada; e para cada tonelada que exceda 70.000 toneladas, 200 SDR para cada tonelada.

(b) Nada disposto no subparágrafo (a) acima afetará nem os limites de responsabilidade expressos no parágrafo 1(a) acima que se aplicam a uma Parte ou Estado Operador(a), nem aos direitos e obrigações das Partes que não sejam aderentes a nenhum dos tratados mencionados acima e nem a aplicação dos Artigos 7(1) e 7(2).

3. A responsabilidade não deverá ser limitada se ficar provado que a emergência ambiental resultou de uma ação ou omissão do operador, ou se foi cometida com a intenção de causar tal emergência, ou com negligencia e cômico de que poderia advir uma emergência de seus atos.
4. A Reunião Consultiva do Tratado da Antártica deverá rever os limites estabelecidos no parágrafo 1(a) e 1(b) acima a cada três anos, ou mais cedo, de acordo com a solicitação de qualquer das Partes. Qualquer emenda a esses limites deverá ser determinada, após uma prévia consulta às Partes, e baseada em recomendações incluindo pareceres científicos e técnicos, devendo ser executada de acordo com o procedimento descrito no Artigo 13(2).
5. Para efeito deste Artigo:
- (a) “navio” significa uma embarcação de qualquer tipo que opere em ambiente marinho e incluindo barcos tipo “catamarã”, “hovercrafts”, submersíveis, embarcações flutuantes e plataformas fixas ou flutuantes;



- (b) “SDR” significa Special Drawing Rights como definido pelo Fundo Monetário Internacional;
- (c) a tonelagem de uma navio deve ser a tonelagem bruta calculada de acordo com as regras de cálculo de tonelagem contidas no Anexo 1 da Convenção Internacional sobre Medição de Tonelagem de Navios, 1969.

Artigo 10**Responsabilidade do Estado**

1. Uma Parte não deve ser responsabilizada pela falha de um operador, desde que não seja um Operador do Estado, em executar uma ação de resposta desde que a Parte tenha executado as medidas apropriadas dentro de sua competência, incluindo a adoção de leis e regulamentos, ações administrativas e medidas de sanção, para garantir o cumprimento do presente Anexo.

CONSIDERAÇÃO

Isto obriga a que cada Parte mantenha registro de todas as medidas que tomar para fazer prova junto às autoridades do Tratado ou perante um tribunal. Seria conveniente fazer com que tais medidas, depois do registro, fossem depositadas no Secretariado?

Artigo 11**Seguro e Outra Garantia Financeira**

1. Cada Parte deve solicitar a seus operadores que mantenham um seguro adequado ou outras garantias financeiras, tais como a garantia de um banco ou de uma instituição financeira similar, para cobrir a responsabilidade conforme o Artigo 6(1) até os limites aplicáveis estabelecidos nos Artigos 9 (1) e 9(2).
2. Cada Parte deve solicitar a seus operadores que mantenham um seguro adequado ou outras garantias financeiras, tais como a garantia de um banco ou de uma instituição financeira



similar, para cubrir a responsabilidade conforme o Artigo 6(2) até os limites aplicáveis estabelecidos nos Artigos 9 (1) e 9(2).

3. Sem prejuízo dos parágrafos 1 e 2 acima, uma Parte poderá se auto assegurar em relação aos Operadores de seu Estado, incluindo aqueles que executem atividades em apoio a pesquisa científica.

CONSIDERAÇÃO

Cada país deverá internalizar tais medidas em seu ordenamento jurídico de modo a poder obrigar ao operador a fazer um seguro.

Caso contrário, se a solicitação da Parte não for acatada pelo operador, poderá haver transferência de responsabilidade para a Parte ou ter início uma disputa jurídica.

Artigo 12

O Fundo

1. O Secretariado do Tratado da Antártica deverá manter e administrar um Fundo, de acordo com Decisões incluindo os encargos serem adotados pelas Partes para prover, entre outras coisas, o reembolso dos custos razoáveis e justificados incorridos por uma ou várias Partes ao executar a ação de resposta de acordo com Artigo 5(2).

CONSIDERAÇÃO

Não foi prevista a aplicação financeira dos recursos desse fundo.

2. Um ou várias Partes poderão formular uma proposta à Reunião Consultiva do Tratado da Antártica sobre um reembolso a ser pago pelo Fundo. Tal proposta pode ser aprovada pela Reunião Consultiva do Tratado da Antártica, nesse caso devendo ser aprovada por uma Decisão. A Reunião Consultiva do Tratado da Antártica pode solicitar a assessoria do Comitê de Proteção Ambiental, se considerar oportuno.



CONSIDERAÇÃO

Tal assessoria poderá ter custo. Seria conveniente discutir melhor esse assunto.

3. Ao aplicar o disposto no parágrafo 2 acima, a Reunião Consultiva do Tratado da Antártica levará devidamente em consideração a existência de circunstâncias e critérios especiais, tais como: o fato de que o operador responsável seja o Operador da Parte que solicita o reembolso; que se desconheça a identidade do operador responsável ou que não esteja sujeito às provisões do presente Anexo; a falência imprevista da companhia seguradora ou da instituição financeira pertinente; ou a isenção prevista na Aplicação do Artigo 8.
4. Qualquer Estado ou pessoa pode fazer contribuições voluntárias ao Fundo.

CONSIDERAÇÃO

Em havendo muitas entidades ou pessoas interessadas na proteção do meio ambiente, poderia caber ao Secretariado divulgar a existência do anexo, do Fundo e solicitar contribuições.

Artigo 13

Emendas ou Modificações

1. O presente Anexo pode ser emendado ou modificado por uma Medida adotada de acordo com o Artigo IX(1) do Tratado da Antártica.
2. No caso de uma Medida adotada em conformidade com o Artigo 9(4), e em qualquer outro caso, salvo se a medida em questão especificar o contrário, a emenda ou a modificação deverá ser considerada aprovada, e entrará em vigor um ano depois do encerramento da Reunião Consultiva do Tratado da Antártica na qual foi adotada, salvo se uma ou mais Partes Consultivas do Tratado da Antártica, notifique(m) ao Estado Depositário, dentro deste prazo, que deseja(m) uma prorrogação deste prazo, ou que não esteja(m) em condições de aprovar tal medida.
3. Qualquer medida ou modificação deste Anexo que se torne efetiva, de acordo com o parágrafo 1 ou 2 acima, entrará em vigor para qualquer outra Parte, assim que o Estado Depositário receber a notificação de aprovação correspondente.